

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E
COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA E
HISTÓRIA NACIONAL

DEUSELY LIBÓRIO DA SILVA

**BARBÁRIE CIVILIZADA SOB A ÓTICA DE ALEX POLARI DE
ALVARENGA**

Curitiba
2016

DEUSELY LIBÓRIO DA SILVA

BARBÁRIE CIVILIZADA SOB A ÓTICA DE ALEX POLARI DE
ALVARENGA

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para obtenção do título de “Especialista”.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida

Curitiba
2016

DEUSELY LIBÓRIO DA SILVA

BARBÁRIE CIVILIZADA SOB A ÓTICA DE ALEX POLARI DE
ALVARENGA

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista, do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional do Departamento de Linguagem e Comunicação (DALIC) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Curitiba, 6 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida - UTFPR
Orientador

Profa. Dr. Marcelo Fernando de Lima – UTFPR
Avaliadora

Prof. Dr. Zama Caixeta Nascentes – UTFPR
Avaliador

A folha de aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo por ter me proporcionado a oportunidade para eu sair, ainda que de forma pequena, da minha imensa ignorância intelectual e me mostrar que quanto mais eu trilhar pelo caminho do conhecimento mais vou perceber quão ainda não sei de nada e quanto mais eu me aprimorar intelectualmente mais serei livre, pois, conhecimento é crescimento. E estudar, nem sempre é prazeroso de imediato, por vezes, é tarefa árdua, tendo em vista que o estudo é sempre conhecer novos horizontes e romper com “verdades infundadas”, isso pode algumas vezes gerar certo desconforto e sair da zona de conforto do empirismo é sempre como um parto, dói, mas depois vem o orgulho, a felicidade. É muito bom conhecer e no conhecimento não há fim da linha, há a imensidão repleta de tantas coisas à espera de novos exploradores.

Agradeço, gentilmente, também ao professor Rogério Caetano de Almeida pelo precioso e caprichado trabalho que desenvolve e por ter compartilhado um pouquinho de sua sabedoria com meu trabalho. Muitas coisas aprendi em suas aulas e nas correções deste trabalho. Obrigada, professor Rogério.

RESUMO

LIBÓRIO, Deusely. Barbárie civilizada sob a ótica de Alex Polari de Alvarenga. 2016. 49 f. Monografia (Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

Esta monografia é o resultado de um estudo bibliográfico visando compreender o que é a tortura e o que ela provoca a partir da trilogia de poemas do livro de Alex Polari de Alvarenga: Trilogia Macabra: I – O Torturador, Trilogia Macabra: II – O analista de Informações e Trilogia Macabra: III – A parafernália da tortura. Essa trilogia foi concebida no auge da Ditadura Militar no Brasil, década de 1970, momento em que o regime censurava, exilava, torturava e matava pessoas que lutavam contra ela. No último poema dessa trilogia de Polari foi possível constatar que a indicação de que ainda vivemos num período de tortura pode ser verificada e que acontece com o auxílio dos recursos tecnológicos a que os praticantes das torturas recorrem.

Os poemas citados sinalizam a complexidade da política brasileira de então, na qual, tornou-se inegável uma política autoritária e as práticas das torturas daquele período arraigado de abusos de poder, preconceitos e exploração dos oprimidos.

Palavras-chave: Poesia brasileira. Ditadura Militar. Direitos humanos. Tortura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. BARBÁRIE CIVILIZADA.....	9
2. ANÁLISE DOS POEMAS	28
2.1. BIOGRAFIA DO AUTOR	28
3. INQUÉRITO DA BARBÁRIE	30
3.1 Trilogia Macabra: I - O Torturador	30
3.2 Trilogia Macabra: II - O Analista de Informações.....	35
3.3 Trilogia Macabra: - III Parafernália da Tortura	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

O homem, ao longo da história, sempre foi induzido, de alguma maneira, a se alienar. Em geral, a alienação está atrelada à exploração do trabalho do homem. Destarte, “para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhes condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo”, (MARX E ENGELS, p. 26). Ou seja, a alienação também se constitui através do abuso do trabalho do povo que é vítima do próprio sistema que de alguma forma lhe garante a sobrevivência, ainda que mínima. Logo, o indivíduo vivendo nessas condições, ironicamente, se deixa ser convencido a considerar tal sistema um bem, haja vista que, o capitalismo supõe uma liberdade ao homem de ser o que ele quiser e ter o que quiser desde que trabalhe o bastante. Devido a isso, possivelmente, é que o homem se permite a condição de escravo.

Dessa forma, “Em uma palavra, em lugar de uma exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica direta e brutal”. (MARX E ENGELS, p. 11). Gerando assim, por consequência, insegurança e medo, já que a exploração vem em primeiro lugar desfazendo tudo o que é sólido e estável.

Posto isto, o capitalismo se torna supostamente mais importante do que a democracia. As dívidas, o despejo, a exploração, a prisão de algumas crianças e a morte de algumas pessoas seria apenas um mal necessário em nome do crescimento econômico e da riqueza de alguns.

...nós, criaturas humanas que nos pusemos agir como habitantes do universo, jamais chegamos a compreender, isto é, a pensar e a falar sobre aquilo que, no entanto, somos capazes de fazer. Neste caso, seria como se o nosso cérebro, condição moral e física do pensamento, não pudesse acompanhar o que fazemos, de modo que, de agora em diante, necessitaríamos realmente de máquinas que pensassem e falassem por nós. Se realmente for comprovado esse divórcio definitivo entre o conhecimento (no sentido moderno de *know-how*) e o pensamento, então passaremos, sem dúvidas à condição de escravo indefeso quanto ao *know-how*, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja.
(...)

O que proponho, portanto, é muito simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo. (ARENDRT, 2007, p. 11-13).

Como seres capazes e pensantes não deveríamos permitir que nos usassem como máquinas de gerar dinheiro para o enriquecimento apenas de um grupo pequeno e fechado. O aniquilamento provocado pela exploração trabalhista deixa os

trabalhadores operários, ou seja, os assalariados viverem miseravelmente. Os mesmos não conseguem sair da condição escravizada imposta pelos “predadores”, por vezes, nem ao menos percebem que estão sendo explorados ou se percebem aceitam passivamente essa imposição.

Assim, o discurso de que a tecnologia vem para ajudar o homem é falacioso. Com a Revolução Industrial, a exploração do trabalho ainda persiste, pois a humanidade tem sua vida cotidiana facilitada pelas novas descobertas científicas e industriais. Quando refletimos sobre a revolução tecnológica trazida pelo computador e pela internet, novamente fica perceptível que as descobertas que deveriam contribuir para uma redução do trabalho laboral do homem foram, na verdade, utilizadas para explorar os trabalhadores que sempre foram explorados.

A tecnologia está a serviço de privilegiar classes que historicamente já são privilegiadas. No período ditatorial brasileiro não foi diferente. Veremos, a seguir, que o trabalho de Alex Polari de Alvarenga demonstra uma faceta ainda mais terrível do uso da tecnologia, a saber: a civilização profundamente imersa na barbárie se utiliza da tecnologia como instrumento de tortura.

1. BARBÁRIE CIVILIZADA

A partir da ideia de que a história se faz em atos bárbaros, este capítulo remonta o contexto de produção da obra de Alex Polari de Alvarenga. Uma mescla de fatos históricos e biográficos se torna necessária, já de que o poeta foi preso pelo regime militar brasileiro. A biografia de um torturado, assim, é inevitavelmente mesclada aos fatos ocorridos.

Uma discussão sobre a barbárie humana absolutamente pertinente para este trabalho é a desenvolvida por W. Benjamin:

A guerra química, pela qual os colaboradores desse livro demonstram tão pouco interesse, promete dar à guerra do futuro uma fisionomia que dispensa definitivamente as categorias soldadescas em prol das esportivas e colocará as ações militares sob o signo do recorde. Sua característica estratégica mais forte é o fato de ser pura guerra de agressão, da maneira mais radical possível.

[...]

A guerra química se baseará em recortes de extermínio e envolve riscos levados ao absurdo. Se o início da guerra ocorrerá dentro das normas do direito internacional - depois de uma prévia declaração de guerra - é algo que ninguém sabe; seu término não precisará mais contar com esse tipo de barreiras. Ao abolir a distinção entre população civil e combatente, a guerra de gases anula a base mais importante do direito das gentes.

[...]

Com a incorporação das massas, do sangue inferior, da mentalidade prática burguesa, em suma, do homem comum, sobretudo dentro do quadro dos oficiais e suboficiais, foram aniquilados cada vez mais os elementos eternamente aristocráticos do ofício militar. A guerra "foge à economia da inteligência; em sua razão existe algo inumano, desmedido, gigantesco, algo que lembra um processo vulcânico, uma erupção elementar..., uma onda colossal de vida, dirigida por uma força dolorosamente profunda, coercitiva, uniforme, conduzida para campos de batalha que hoje já se tornaram míticos, absorvida por tarefas que ultrapassam de longe os limites do que hoje pode ser compreendido". (BENJAMIN, 1986, p. 131-132)

A barbárie apontada por Benjamin (1986) faz uma reflexão sobre uso de armas manuseadas por homens, usadas contra outros homens. O que em si é um grave ato de violência. Quando se estende ao uso de armas químicas o ato torna-se uma crueldade desmedida, posto que, é muito mais nocivo e atinge um número muito mais significativo de indivíduos, inclusive aqueles que estão à parte da situação, abrange um número muito mais expressivo de inocentes. Essa pretensão de liquidar pessoas por suas diferenças e ideologias contrárias se caracteriza em uma política da intolerância.

Há nisso uma ciência realizada pelas mãos e mentes humanas que se utiliza do conhecimento tecnológico para desonrar o limite da natureza e o do homem que cegamente vai levando o próprio meio em que vive para a destruição iminente. A tecnologia utilizada sem o uso de uma reflexão, ainda que mínima, pode ser perigosa. Essa barbárie aspira produzir armas químicas para fins banais, injustificáveis.

Como acreditar que a política hoje tenha um sentido, e um sentido comum a todos os homens, quando se assistiu à barbárie em massa revestida de traços de uma razão social ou racial matar parte da humanidade, deportando-a para Buchenwald, esmagando-a em Dresden, vitrificando-a em Hiroshima e exterminando-a em Pnom Pen? Os totalitarismos modernos, contando com a barbárie interior de um sujeito fixado à sua raça ou à sua classe, isto é, às suas determinações materiais mais grosseiras, tentaram dissolver toda forma de comunidade política com o intuito de fazer reinar o terror. (MATTÉI, 2001, p. 11).

Sabendo, pois, que causará desastres incontáveis provocando reações adversas nas pessoas e na natureza, os “homens civilizados” que estão no poder levam a população a crer que toda a ação desumana por eles praticada é para controle da paz do quadro social. No entanto, quem de fato é prejudicado, como há de se prever, logicamente são as pessoas comuns, o trabalhador, a massa. Como elucidação:

O efeito de barbárie caracteriza toda forma de *esterilidade* humana e de perda do *sentido* no domínio da civilização, quer se trate de ética, de política, de educação ou de cultura. Para que exista barbárie é necessário que tenha existido uma civilização anterior à bárbara. (MATTÉI, 2004, p. 8).

Contudo, antes disso, a maior tortura submetida a um homem do século XX foi à restrição de sua liberdade em sentido irrestrito. Perder a liberdade do pensamento autônomo, a restrição de poder ir e vir, de se manifestar e de debater mudanças sociais a partir de diferentes perspectivas que é uma necessidade humana que o chamado “regime de exceção” nunca respeitou, nem soube compreender.

[...] 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou AI-5, fechando o congresso.

AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O Presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para

cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar funcionários públicos.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando nos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perdas de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.

[...]

A junta criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que, “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. (BORIS FAUSTO, 1995, p. 265).

A partir do exposto acima, percebe-se que o trabalho executado pela polícia, órgão responsável por manter a ordem social enquanto aparato repressor do Estado, no presente, é muito similar ao que ocorria no período ditatorial. Exemplos de práticas abusivas como ocultamento de cadáveres, extermínio de seres humanos, em maioria, negros, das periferias dos grandes centros urbanos do Brasil, entre tantas outras são comuns nos noticiários e nas redes sociais. Pessoas morrem (morreram), outras lutavam (lutam) pelo direito de enterrar parentes, e há ainda aquelas que clamavam (clamam) por justiça social. À vista disso, faz-se necessário tais reivindicações e refletir sobre elas.

Paulo Evaristo Arns (1986) trata a barbárie efetivada no Brasil do período ditatorial. A tortura praticada pela Ditadura Militar no país foi sem dúvida um marco histórico para o país, juntamente com o desenvolvimento que ocorria por aqui. O poder arbitrário caracterizado pelo autoritarismo absoluto do Estado contra os brasileiros que se opunham ao regime no período de 1964 a 1985 atropelou a democracia que tem como marca a soberania popular, ou seja, uma utopia mínima da alteridade, o respeito à diferença e que nunca foi característica da ditadura, tampouco o é nos dias atuais.

Das pessoas, foi retirado o poder de quaisquer pensamentos independentes, filosóficos e políticos divergentes daquilo que propunha os militares de então.

As Forças Armadas se preparam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime imposto pelo direito da força. Mais importante do que o aparelhamento da guerra foi, no entanto, o aparelhamento para a guerra surda que se travou, esta sim, ao nível dos interrogatórios, das investigações sigilosas, da escuta telefônica, do armazenamento e processamento das informações acerca de atividades consideradas oposicionistas – desde suas variantes reivindicatórias, lutas salariais e pressões em favor da democracia, até às formas de oposição clandestina. (ARNS, 1986, p. 72).

Os militantes brasileiros que defendiam a liberdade e chances mais igualitárias para toda a população nacional foram perseguidos e encurralados. Eram considerados criminosos subversivos. O simples fato de pensar diferente, fazer qualquer coisa para mudar a situação de então, era considerado um delito e todo delito, segundo essa política, merecia punição (Paulo Evaristo Arns, 1979, p. 159), e era severamente aplicada. Depois de capturados, os militantes eram torturados de forma infrene, como lhes bem conviesse em nome de um suposto bem maior, o Estado.

De acordo com Arns (1986, p. 74), os DOI-CODIs foram os primeiros postos de repressão dotados de existência legal, era comandado por um oficial do Exército, depois, semelhante ao DOI-CODI surgiu o DEOPS que agia de forma equivalente, “chegou praticamente a competir com o DOI-CODI na ação repressiva”:

[...] reunindo em torno do delegado Sérgio Paranhos Fleury uma equipe de investigadores, que além de torturar e matar inúmeros opositores, eram simultaneamente integrantes de um bando auto denominado “Esquadrão da Morte”. Esse “Esquadrão”, a pretexto de eliminar criminosos comuns, chegou a assassinar centenas de brasileiros, muitos dos quais não registravam qualquer tipo de antecedente criminal. (ARNS, 1986, p. 74).

Pagavam com a vida, muitos daqueles que divergiam e opunham contra as regras impostas e protestavam contra o governo. Essas pessoas, nos relatos deste mesmo livro, diziam que as prisões aconteciam como sequestro, sem qualquer forma de mandado judicial. Quando presos, eram torturados e ficavam por dias ou meses incomunicáveis, ainda que fosse com o próprio advogado, (Arns, 1979, p. 173). Eram interrogados encapuzados. “Seus interrogadores usavam codinomes ou apelidos e não se identificavam aos presos. (Arns, 1979, p. 173)”.

O DOI-CODI era uma disposição relacionada às forças armadas (este, tinha sua própria lei) e o DOPS, relacionado à polícia federal “As investigações desenvolvidas nesses órgãos eram clandestinas, e do ponto de vista jurídico, ilegais.” (Arns, 1979, p. 174).

A situação chegou a tal ponto que “a partir de 1968, era vedada a impetração do *Habeas-corpus*, pois o AI-5 proibia a apreciação judicial desta garantia”, (Arns, 1979, p. 175). Isso, para os chamados crimes políticos contra a Segurança Nacional. Assim está escrito: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.” (BRASIL, Ato Institucional nº 5, 1968, artigo 10).

Claramente, houve uma inversão das coisas, o povo que lutava pela liberdade e o direito de igualdade era considerado terrorista e por isso vivia na clandestinidade para dar continuidade aos projetos que acreditavam que seriam bons para todos e não para determinados grupos, já os militares que deveriam cuidar de fato da segurança da população. Em geral, eram torturadores e espalhavam terror por toda parte.

Nas manchetes dos jornais estampavam fotos de militantes capturados. Era como um grande feito da polícia, ela passava para a massa que havia realizado um grande trabalho prendendo bandidos e assim a população podia ficar mais segura. Naturalmente, com menos um militante na rua, menor era o risco para os opressores que a todo custo desejavam manterem-se no poder.

Com o Golpe Militar de 64, a mídia, as principais revistas e jornais eram coniventes com o poder militar, de acordo com Audálio Dantas (2014).

O tom de campanha adotado pela maioria da mídia contribuiria também, e de forma decisiva, para o engajamento da classe média no movimento que levaria à queda de Goulart. Multidões foram às ruas, em marchas cada vez mais concorridas. Dias depois da vitória do golpe, essas passeatas, antes denominadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, eram noticiadas pelos jornais como Marchas da Vitória.

A vitória seria efusivamente festejada por toda a mídia. O título do editorial de *O Globo* de 2 abril sintetiza a euforia: “Ressurge a democracia!”. O texto começava dizendo que a nação “vive dias gloriosos” graças à intervenção dos militares. As duas principais revistas semanais, *O Cruzeiro* e *Manchete*, lançam edições extras, com textos grandiloquentes que exaltavam a vitória do movimento já então chamado de “revolução”. (DANTAS, 2014, p. 9-10).

Desta forma, a mídia estava fazendo um desserviço à população, submetendo-se por pressão ou por favorecimento financeiro à política militar. Fato este que mantinha a massa desinformada da real situação e faziam-na acreditar em uma farsa montada de uma suposta “revolução” de ordem, família, deus e prosperidade.

Jornais, revistas, emissoras de rádio e TV eram financiados; os veículos que se recusavam a participar do esquema, que incluía a publicação de matérias pagas sem serem caracterizadas como tal, eram discriminados na destinação de verbas publicitárias. Um boletim intitulado *Ação Democrática* chegou a publicar listas de empresas que anunciavam em publicações consideradas de esquerda,... (DANTAS, 2014, p. 10).

Com a coação da mídia os militares de forma mais rápida chegaram aos seus objetivos, ter a maior parte da população ao seu favor e aqueles que não estavam a

favor também não demonstravam em sua grande maioria, atitudes contrárias. O medo fazia-se maior.

Assim, os militantes eram considerados: “Terrorista banido voltou e foi morto em tiroteio” referência ao militante Aderval Alves Coqueiro; “rapto desencadeia caçada nacional a todos os terroristas”, sobre o sequestro do embaixador americano, (RUBENS PAIVA, 2014, p. 65-75). Os “terroristas” era a denominação dada àqueles que lutavam por justiça e igualdade para todos.

Dos grupos que entraram na briga por um país mais justo, relativamente, eram poucos os oriundos do proletariado. Seja por falta de conhecimento crítico, outros por estarem ocupados demais, labutando para sobreviver, não tinham tempo para a política. Os grupos eram comumente, comandados por intelectuais e estudantes, como relata Fernando Gabeira (1979, p. 65 e 102). A massa parecia inerte aos acontecimentos, quer seja, por desconhecê-los, quer seja por alienação na falta de educação, ou ainda por uma alienação construída pela imprensa brasileira, que, enquanto concessão pública, efetivamente não informa.

De maneira geral, a população, com alguma evolução social mínima, foi estimulada a comprar. O consumismo é outra “ferramenta” de alienação. Tal alienação afasta a participação popular das questões sócio-políticas da sociedade. A ditadura militar, após 1964 arquitetou um “fantástico mundo perfeito” adquirido pelo poder da compra e nele começou a trabalhar fortemente e assim, deu-se início a um sucessivo avanço das telecomunicações no país. Foram concedidas “facilidades de crédito pessoal”. Dessa forma, o número de TV em 1970 chegou a 40% nas casas dos brasileiros, enquanto que na década de 60 essa porcentagem era de apenas 9,5% (FAUSTO, 1995, p. 267-268).

Desse modo, o regime totalitarista repreendia os militantes de forma cruel e degradante enquanto entretinha a massa, a qual foi destinada o apelo da propaganda para neutralizar a situação nacional. “A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país”, se falava de um “Brasil grande potência”, isso foi arraigando no imaginário do povo como uma verdade mágica, a verdade lançada pelo feiticeiro. Tal feitiço foi tão bem arquitetado como verdade que até então, nos dias atuais, a massa, em maioria, ainda acredita que os comunistas são bandidos e terroristas que querem culminar a “ordem, o desenvolvimento e o bem-estar” da nação brasileira e deles têm muito medo (FAUSTO, 1995, p. 267-268).

Pode-se afirmar, a partir do exposto acima, que a alienação do povo se estende por diversas vias tendo o consumismo como a melhor arma para mantê-lo alienado.

Nesse mesmo período da expansão das televisões nos lares brasileiros concedidos através das facilidades de empréstimos pessoal houve também uma significativa expansão de aquisição da casa própria. Nisso, pode também haver uma alienação, haja vista que o grande sonho dos brasileiros é a realização da compra da casa própria. O sonho dourado era tão fabuloso que, segundo (FAUSTO, 1995, p. 268), “foi a época em que muitos brasileiros idosos, de classe média, lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão”.

No entanto, tantas maravilhas serviam e servem até hoje apenas para a concentração de renda em benefício próprio de alguns e jamais visando o bem estar social.

No entanto, o que de fato aconteceu, de acordo com Boris Fausto, foi a queda do índice do salário mínimo: “tomando como 100 o índice do salário em janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973.” E ainda que “em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebia menos de um salário mínimo e 22,8% recebia entre um e dois salários.” Como se isso não bastasse, também de acordo com Fausto houve retardamento, inclusive abandono de programas sociais pelo Estado e uma baixa nos indicadores da saúde, educação e habitação. Esses, logicamente, são fatores que diminuem a qualidade e a expectativa de vida da população.

Para minimamente exemplificar tal aspecto, Hermínia Maricato em *As outras ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias* e Francisco Weffort em *a Formação do pensamento político brasileiro* mencionam o quão importante é a presença do povo para as tomadas de decisões do governo em relação à sociedade que gesta. Fato que não ocorreu e não ocorre atualmente. As decisões tomadas pelo Estado são, por vezes, indiferentes para com seus cidadãos.

Outro aspecto notado na primeira hora da República foi a ausência do povo no cenário político. Ficaram célebres as palavras de Aristides Lobo (1838-1896), ministro do Interior do governo provisório, que descreveu a proclamação da República como um golpe militar. Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.

[...]

Mas o povo pobre – que se situa abaixo da classe média e constitui a grande maioria da nação – só dará sinais de existência por meio de algumas rebeliões notáveis. Ausente da proclamação, o povo continuou ausente da política institucional nas décadas seguintes, embora submetido à conhecida manipulação do "coronelismo" dos proprietários de terra. Os governos civis que se seguiram aos militares criariam o perfil de uma República entranhadamente oligárquica, que haveria de durar até 1930. (WEFFORT, 2011, p. 208-210).

Essa situação, notadamente não mudou muito para os dias atuais. A ignorância constitui a princípio um lugar seguro e o medo se encarrega da submissão. Parte da massa popular, ocasionalmente até sabe a gravidade do momento vivido, no entanto, a conduta do dia a dia, trabalhar, trabalhar, gera uma submissão num ciclo vicioso.

Maricato menciona o descaso dos políticos com a real situação dos brasileiros. O Brasil, segundo sua colocação, é um dos países mais desiguais do mundo, o “planejamento urbano e modernista/funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica: contribui para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo.” E ainda mais:

Conceitos retificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm status de temas importantes (centrais, como deveriam ser). O resultado é: o planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns... (MARICATO, 2000, p. 3)

Maricato menciona a importância da participação popular para discutir uma questão mínima: o direito à cidade e à moradia que todo cidadão possui.

Entretanto, ao que parece, a ignorância do povo com os acontecimentos políticos perdura até o momento, a maioria não sabe ou não entende o que realmente acontece na política, o privilégio do saber pertence à minoria, quase sempre elitizada.

Mas houve mudanças através das ações dos militantes, ainda que tenham perdido a luta, que não foi sabida ou entendida pela grande massa. Nessa luta, sobre os manifestantes esquerdistas recaíram grandes perseguições, punições torturas e mortes - a barbárie.

Edward Peters (1985, p. 10) em a *História da tortura* relata as várias descrições de âmbito jurídico e de historiadores para a definição de tortura. O

consenso geral é de que a tortura “é o tormento infligido por uma autoridade pública com fins ostensivamente públicos”.

[...] uma definição um pouco mais elaborada da autoria de outro historiador jurídico do século XX, John Heath: com o termo tortura refiro-me à punição de sofrimento físico ou à ameaça de o infligir imediatamente, desde que tal punição ou ameaça tenham por fim obter, ou que tal punição esteja relacionada com meios adotados para obter, informações ou provas legais e cujo motivo seja de interesse militar, civil ou eclesiástico. (JOHN HEATH apud PETERS 1985, p. 9-10).

Partindo desse princípio, a Ditadura Militar no Brasil foi semelhante em tantos aspectos às torturas da Inquisição, primeira “semente de governos totalitários e da institucionalização do abuso”, na época, “racial e sexual” de acordo com Toby Green (2007, p. 24). Ainda, segundo este:

[...] o embaixador florentino Guicciardini comentou por escrito como os inquisidores, ao “confiscarem os bens dos culpados e às vezes queimá-los, fizeram todos terem medo”. O medo perpassava todas as camadas sociais:
[...]
por volta de 1602, os mouros viviam em tal estado de pavor que alguns desmaiavam ao avistar um colaborador da Inquisição.
[...]
Esse terror era cuidadosamente cultivado pelas autoridades inquisitoriais.
[...] Devemos recordar que o objetivo essencial do julgamento e da sentença de morte não é salvar a alma do acusado, mas fazer o bem público e aterrorizar as gentes. (GREEN, 2007, p. 28).

Ou seja, similar a isso, era também o modo de pensar dos militares brasileiros, que semeavam a qualquer custo a violência, uma perseguição política, provocando diversos medos intensos à população nacional.

No período da ditadura militar brasileira foi criada a “Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela *Escola Superior de Guerra* ESG, através de um livro que se tornou cartilha oficial dos generais no poder. Golbery pontificava”:

Daí um novo dilema – do Bem-Estar e o da Segurança apontado por Goering, em dias passados, sob a forma menos justa, mas altamente sugestiva, de seu conhecido slogan: “Mais canhões, menos manteiga”. E, na verdade não há como fugir da necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que essa se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam no pó da derrota a lição merecida. (ARNS, 1986, p. 70).

Com esse discurso fica mais evidente a compreensão da política instaurada pelos militares brasileiros. Espalhavam o terror com tamanha habilidade, chegando até mesmo a profissionalizar/capacitar pessoas para tais aptidões. Inclusive foi

criada uma escola para tal fim: *EsNI* (Escola Nacional de Informação), “sentiu-se, de maneira aguda, a necessidade de uma linguagem comum, fruto de pessoal qualificado, adestrado nos mesmos princípios e técnicas”. (OLIVEIRA apud FABIANA DE OLIVEIRA ANDRADE, p. 2). “Com adestradores”, “pessoas eram adestradas” de acordo com o exposto acima para atingir o ápice da perfeição, ou seja, da submissão. Era a “arte” de torturar gente, seus próprios semelhantes em nome de uma soberania de poder sobre tudo e todos da nação do Brasil. E nada melhor do que a face do medo instaurada por todos os lados gerando insegurança para controlar a massa populacional da maneira pretendida. “O medo é realmente um fator muito favorável ao interrogatório quando este é feito logo depois que o camarada “caiu””. (D’ARAUJO E CASTRO, 1994, p. 60).

Intelectuais, estudantes e uma pequena parcela do povo lutaram pelo livre arbítrio da sociedade brasileira.

Técnicas eram importadas de outros países para especializar torturadores brasileiros a serem carrascos com mãos de ferro, pois ainda não eram possuidores natos dessa diabólica “arte”. Assim, disseminavam o medo, o terror e o pavor para obtenção total de controle dos cidadãos brasileiros. “Pais perdiam seus filhos, filhos ficavam órfãos, esposas perdiam seus maridos” - (ARNS, 1986, p. 43).

Desta feita, a forma de governança fez uma parcela de cidadãos brasileiros amedrontados mais susceptíveis a aceitação das imposições e a obediência, constituindo assim uma massa passiva e menos questionadora dos assuntos advindos na política nacional.

Agredindo e tirando a vida de tantas pessoas como num surto de alguma doença o povo fragilizou, cedeu aos caprichos do poder autoritário.

Polari (1979), em um poema intitulado *Cemitérios de desaparecidos*, que não faz parte do corpus a ser analisado neste trabalho, denunciou:

Fala-se à boca miúda
 nos corredores do Cisa,
 Cenimar e Doi
 que a Vanguarda Popular Celestial
 (como eles denominam o local que os
 guerrilheiros vão depois de mortos)
 está sediada em algum ponto da Restinga da Marambaia.
 É lá que os corpos dos militantes presos
 são jogados à noite de helicóptero

Ao que indica, jogar corpos vivos ou mortos ao mar era uma prática comum nesse período. Era uma forma de desaparecer para sempre com os corpos das pessoas sem deixar vestígios, já que, em pontos estratégicos só a polícia tem acesso, como é o caso da Restinga do Marambaia, que é de acesso exclusivo da Marinha do Brasil.

Gabeira (1979, p. 93) também fez menção aos sumiços misteriosos dos torturados, ao falar que um militante, o deputado de Pernambuco, Maurílio Ferreira, temia “ser preso, colocado num avião e lançado ao mar”. Num outro relato, no livro *Infância Roubada* (2013, p. 49), produzida pela *Comissão Nacional da Verdade*, Carlos Eduardo Martins Ibrahim, filho de José Ibrahim e Tereza Cristina Denucci Martins (os dois foram muito importantes na militância na luta contra a Ditadura Militar), delatou em seu depoimento que o primeiro marido de sua mãe “Paulo Bastos, foi morto pela ditadura, jogado vivo na Baía de Guanabara.”

A punição pelos atos ao qual o Estado julgasse inapropriado era de torturas horrendas. Alex Polari, em depoimento no livro *Brasil nunca mais*, (1986, p. 40), relatou torturas por ele vivido nos bastidores da trágica política do país de então. Polari tinha 21 anos na época e era estudante. Foi preso pelo sequestro do embaixador alemão Von Holleben. Neste sequestro, de acordo com Rubens Paiva (2014, p. 53), foi feito um acordo de troca para libertar 40 militantes presos. Constantemente, segundo seu relato, ele era torturado: “(...) torturas constantes de choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive nos órgãos genitais e injeção de éter, inclusive com borrifos nos olhos, (...) que de 14 para 15 tomou uma injeção de soro da verdade “pentatol”; (...)”. (ARNS, 1986, p. 39-40).

Comumente, o soro da verdade era injetado, no período da Ditadura Militar, nos prisioneiros. Tinha como objetivo arrancar a “verdade” do militante detido. Conforme o IMESC¹ (Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo) o soro da verdade, pentotal, (anticolinérgico) provoca diversos efeitos físicos e psíquicos ao indivíduo que estiver sobre o efeito dessa droga. Os efeitos dependem do organismo da pessoa e da quantidade da substância no organismo do sujeito. Esse produto químico pode provocar “alterações mentais como alucinações e delírios, com duração de 48 horas”. Se aliado a outras drogas o efeito pode durar mais tempo, podendo ocasionar:

¹ Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/antcmed.htm>>. Acesso em 28 de abril de 2016.

[...] sensação de "barato" na cabeça ou no corpo todo, seguida de alterações na percepção de cores/sons, terminando com sensações de estranheza, medo, confusão mental, idéias de perseguição, dificuldades de memória - síndrome que adota a forma de um surto psicótico agudo. (IMESC, <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/antcmed.htm>>).

Ademais o anticolinérgico (soro da verdade) em doses altas chega às vezes a elevar a temperatura do corpo para até 40-41 graus, além de poder provocar, por vezes, convulsões. A pessoa pode também, apresentar como efeito colateral, "uma pele muito seca e quente com vermelhidão principalmente no rosto e pescoço". Em doses elevadas os batimentos cardíacos aumentam demasiadamente "podendo chegar acima de 150 batimentos por minutos".

Além das torturas do depoente acima, constam nesse mesmo livro diversos outros métodos de tortura para com os presos políticos. Entre eles há relatos que, mulheres nuas eram presas com cobras que andavam pelos seus corpos; havia também a prática de introdução de baratas no anus das vítimas; havia privação de alimentos, água e higiene; havia espancamentos, violências sexuais, privação de sono, torturas psicológicas, mortes e etc.

A repórter Rose Nogueira relatou em um depoimento² as seguintes condições pelos quais passou com sofrimento e humilhação, enquanto esteve presa no Bandeirantes e depois no DOPS:

Eles não me deixavam tomar banho, eu suava muito, suava muito, me lembro do calor, suava, suava e a gente transpira também de medo, suava muito, um cheiro horrível, e eu tive aquele sangramento dos quarenta dias pós-parto que é muito grande e também não tinha absorvente, não tinha como me lavar, a gente tinha só uma "piasinha" lá no DOPS. Lavava com aquela água ali e usava papel higiênico como se fosse absorvente, era um cheiro horrível. Fiquei com um cheiro muito ruim. [...] Quando eles me viam fazer assim com a mão (esfregar uma na outra e fazer um barulho com a boca sugando o ar, como quem sente frio) ele me tirava à roupa, me debruçava sobre uma mesa e me batia muito, abusava de todo jeito, um horror. E me batia também por que era fedida.

Se tem uma coisa que os torturadores tinham razão é que marca de tortura não passa, não passa nem a marca física, sempre vai ter uma coisa lá, a de dentro jamais vai passar. Nós fomos expostos, fomos mutilados. Como consequências dessas torturas eu tive uma infecção puerperal absurda e nunca mais pude ter filhos, nunca mais eu pude ter filhos. Eu tinha 23 anos. (ROSE NOGUEIRA).

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L-u7-mq_U48>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

Para uma suposta ordem do estado, pessoas contrárias direta ou indiretamente sofreram penalidades. Isso, Michel Lowy (2000, p.1) chama de “o lado sinistro do ‘processo civilizador’ e da monopolização estatal da violência que se manifestou em toda sua terrível potência”. Atos cruéis e desumanos foram assim deliberados. Lowy (Ibidem) diz que isso se trata de “uma barbárie civilizada”. Em seu contexto, a barbárie é cometida por setores economicamente mais avançados.

Os métodos e os instrumentos de tortura eram vários. O pau-de-arara:

(...) O pau de arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm. do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, “seus complementos” normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento.

(...)

(...) que o pau-de-arara era uma estrutura metálica, desmontável, (...) que era constituído de dois triângulos de tubo galvanizado em que um dos vértices possuía duas meias-luas em que eram apoiados e que, por sua vez, era introduzida debaixo de seus joelhos e entre suas mãos que eram amarradas e levadas até os joelhos; (...)

O pau-de-arara por si só talvez fosse o menos nocivo se o compararmos aos outros métodos de tortura. No entanto, ele nunca era usado isoladamente, choques elétricos e afogamentos eram práticas comuns utilizadas para potencializar o martírio do supliciado. A crueldade cometida contra homens e mulheres era bastante requintada. Para afogá-los, introduziam pequenos tubos de borracha na boca e nas narinas dos indivíduos e lançavam água.

O jornalista Jarbas Marques em depoimento³ relatou sua experiência como torturado no DOI-CODI numa sala chamada boate. Segundo Marques, o “centro de gravidade do corpo no pau-de-arara é a cabeça” e que nesse tipo de tortura foi afogado com conta-gotas, além, de sofrer várias outras sevícias, como psicológica e sexual. Durante três dias e três noites sofreu as penúrias para dar conta da “Luciana”. Só que, segundo, Jarbas, a “Luciana” não existia de fato, era da música “Cantiga por Luciana” de Evinha, que certa vez seus próprios algozes lhe contaram. A “brincadeira” de mau gosto era para aguçar ainda mais o sadismo dos agressores.

A “pimentinha” e dobradores de tensão:

(...) havia uma máquina chamada pimentinha, na linguagem dos torturados, a qual era constituída de uma caixa de madeira; que no seu interior tinha um ímã permanente, no qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios que iam dar nos terminais que já descreveu; que essa máquina dava uma

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L-u7-mq_U48>. Acesso em 21 de abril de 2016.

voltagem em torno de 100 volts e de grande corrente, ou seja, em torno de 10 amperes; que detalha essa máquina por que sabe que ela é a base do princípio fundamental: do princípio da geração da eletricidade; que essa máquina era extremamente perigosa por que a corrente elétrica aumentava em função da velocidade que se imprimia o rotor através de uma manivela; que em seguida, essa máquina era aplicada a uma velocidade muito rápida a uma parada repentina e com um giro no sentido contrário, criando assim uma força contra eletromotriz que elevava a voltagem dos terminais em seu dobro da voltagem inicial da máquina; (...)

Essa máquina recebeu o sugestivo nome “pimentinha” por estar condicionada a uma caixa vermelha, na linguagem técnica, dobradores de tensão. Dessa forma, pode ser visto com clareza, a tecnologia usada para infligir martírios contra pessoas.

Numa entrevista para o livro *Os anos de chumbo* (1994), Adyr Fiúza de Castro relatou um método de tortura que na descrição muito se assemelha a flagelação realizada contra os militantes capturados:

Há um método de interrogatório em que você põe um eletrodo nos dedos, em qualquer lugar - os mais sádicos põem no bico dos seios ou nos testículos - e roda um dínamo que faz passar uma corrente. E quanto mais rápido você girar aquele dínamo, maior a voltagem que dá. É como o tratamento de eletrochoque dos loucos. Uma sensação terrível. Terrível! A maior dor, a maior angústia que se pode ter é sofrer aquele choque. É muito difícil o eletrodo, que é semelhante a uma garra, pegar uma coisa grande. Pode pegar no bico dos seios ou no dedo do pé, mas deixa marca. No lugar que fica o eletrodo, sempre queima um pouco, por menor que seja a amperagem. E você pode verificar. (D'ARAUJO E CASTRO, 1994, p. 68).

Lowy (2000, p. 3) diz que meios técnicos modernos de tecnologia científica de ponta são usada para causar exterminação em massa, ele denomina isso como industrialização do homicídio.

A “cadeira do dragão” de São Paulo:

(...) sentou-se numa cadeira conhecida como cadeira do dragão, que é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que a parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto, que além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos; (...) (ARNS, 1986, p. 34-36).

A tal “cadeira do dragão” como outros instrumentos de tortura variavam de formato e material do qual eram feitas. Em São Paulo, essa era diferente da “cadeira do dragão” do Rio de Janeiro. No Rio, eles usavam uma cadeira parecida com as de barbearia, segundo relatos colhidos no livro *Brasil Nunca Mais* (1986).

Essas são descrições de algumas formas de tortura praticadas pela ditadura militar no Brasil. Entre essas existiam diversas outras, tais como: o afogamento, a geladeira, o choque elétrico, etc. Vale ressaltar que cada forma de tortura das específicas acima poderia mudar em alguns aspectos no material e o formato. Um tipo de método quase nunca era aplicado isoladamente, vinha acompanhado de outras formas de torturas.

Foi um período de banalização do corpo e da individualidade. Através da violência imposta em nome do Estado, funcionava contra os militantes uma espécie de política de reeducação ou de obtenção de informações às avessas. Também mulheres, ainda que grávidas ou amamentando foram brutalmente torturadas. O Estado se mantinha acima até mesmo da vida humana. O livro *Brasil nunca mais* se tornou bastante importante para a história por que colheu informações em forma de depoimento das vítimas que na época foram torturadas, que foram vítimas dessa barbárie.

Em Brasília, a estudante Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, 25 anos, em 1972, (...) ao saber que a interrogada estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; (...) que a 17.10 foi levada para prestar outro depoimento no CODI, mas foi suspenso e, no dia seguinte, por estar passando mal, foi transportada para o hospital de Brasília; que chegou a ler o prontuário, por distração da enfermeira, constatando do mesmo que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 22.2.72 deu à luz e (24 horas após o parto, disseram-lhe que ia voltar para o PIC; (...)
 (...) secretária Maria Cristina Uslengui Rizzi, 27 anos
 (...) sofreu sevícias, tendo, inclusive, um aborto provocado que lhe causou grande hemorragia, (...). (ARNS, 1986, p. 49-50).

Muitas mulheres, além de terem sido torturadas das formas mais diversas possíveis sofreram também a dor e a humilhação de terem seus corpos invadidos na intimidade, violentados sexualmente:

A bancária Inês Etienne Romeu, 29 anos (...)
 A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidade, os mais grosseiros, (...)
 ... a estudante de Medicina Maria de Fátima Martins Pereira, 23 anos
 (...)que, um dia, irromperam na “geladeira”, ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital; (...)
 (...) revisora gráfica Maria da Conceição Chaves Fernandes, 19 anos

(...) sofreu violências sexuais na presença e na ausência do marido; (...). (ARNS, 1986, p. 47-48).

A transgressão da violência com o sexo feminino era repulsiva, repugnante. Alguns homens também sofriam alguma violação sexual, mas as mulheres passavam por tais violações de maneira mais rotineira, sempre havia um risco iminente de violação sexual, simplesmente, por serem mulheres.

A violação do corpo e da sexualidade é de natureza distinta, a sexual desencadeia em uma humilhação e provoca uma decadência da mente e da alma maior do que apenas a ultraje volvido ao corpo externo.

A citação indireta de W. Bergamo no artigo *Mulheres vítimas de estupro: Contexto e enfrentamento dessa realidade* (2005), diz que a violação sexual sofrida por mulheres, o estupro, têm várias fases como consequências do ato:

[...] a fase aguda do transtorno, também conhecida por desorganização, a mulher pode experimentar uma série de emoções tais como angústia, medo, ansiedade, degradação, humilhação, vergonha, culpa, autocensura e até mesmo uma forma mascarada de domínio e controle da situação, que não reflete o sofrimento pelo qual está passando. Em seguida, a mulher entra na segunda fase, conhecida como intermediária ou de ajustamento exterior, na qual ela tenta negar o estupro e voltar às suas atividades normais. A terceira fase é a fase tardia ou de reorganização. Trata-se de um processo a longo prazo, de meses a anos, podendo surgir inúmeros problemas vaginais ou distúrbios menstruais, assim como depressão, fobias, repulsa e aversão pelo sexo masculino, diminuição ou perda da facilidade orgástica.

Esses fatos não aconteciam isoladamente. Atos de crueldade imensurável eram cometidos também contra pessoas indubitavelmente inocentes. Bebês de colo e crianças pequenas não foram poupados de seções de tortura realizadas pelos militares. As crianças eram tidas como suspeitas de atividades subversivas, com alto grau de periculosidade para o Estado. Por isso, eram presas e torturadas, mesmo que ainda não tivessem aprendido a falar e a caminhar, como pode ser visto na citação abaixo.

O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerando-as “perigosas à segurança nacional”. Elas cresceram e se formaram fora do país. É o caso dos meninos criados pela “tia” Tercina Dias de Oliveira, militante do movimento guerrilheiro na área do Vale da Ribeira (SP): Ernesto Carlos Nascimento (nascido em 1968), aos 2 anos de idade foi preso, em 1970, pelos agentes do DOPS, em São Paulo; Zuleide Aparecida do Nascimento (nascida em 1965) estava com 4 anos e 10 meses; Luis Carlos Max do Nascimento, irmão de Zuleide, nascido em 1963, com 6 anos e 7 meses de idade; e Manuel Dias de Oliveira tinha quase 9 anos. Todos foram banidos

do Brasil sob alegação de que eram elementos perigosos e inimigos do Estado. (RUBENS PAIVA, p. 10)

Os militares eram livres para praticar todo o tipo de sevícias, ainda que em inocentes. Fazia-se mais importante e urgente a obtenção de informações através das torturas.

“Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.” (Paulo Evarista Arns, 1986, p. 43).

Eu tinha 6 anos, o Vlademir 7 e pouco, o Gregório tinha 2 e a Isabel quatro meses.

Eles não se dirigiam tanto a mim, mas ao meu irmão, perguntando onde estavam as armas, onde estava o meu pai, quem eram os companheiros do meu pai, quem visitava a minha casa. E obviamente não tínhamos respostas para essas perguntas. (PAIVA, 2013, p. 71)

Desferir atos cruéis contra crianças embora, pouco imaginados foram práticas comuns na ditadura militar, elas foram/são vítimas das barbáries da civilização moderna.

– atos cruéis, desumanos, a produção deliberada de sofrimento e a morte deliberada de não-combatentes (em particular, crianças) – nenhum século na história conheceu manifestações de barbárie tão extensas, tão massivas e tão sistemáticas quanto o século XX. (LOWY, 2000, p. 1)

Em consequência, todas essas maléficas barbáries na forma em que ela aconteceu no período de governança militar é apresentada como algo novo, portanto, eminentemente moderna, (LOWY, 2000, p. 2). Em consequência dos fatos ocorridos crianças tiveram que amadurecer de forma brusca e a infância para a formação gradativa intelectual foi pelo que se vê no exposto abaixo interrompido.

Eu vi minha mãe muito torturada. Ela começou a apanhar no momento em que meu pai foi morto, ali na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Eu lembro exatamente como aconteceu. Então, a nossa inocência, a minha, particularmente, foi perdida ali naquele momento.

Depois, nos levaram para o Juizado de Menores. E o Samuel, que era nosso irmão de criação, foi levado para um local onde ficavam meninos infratores. Ele apanhou muito, foi torturado.

Essas crianças tiveram que, de uma forma muito violenta, conviver com a dor, a saudade a distância dos pais. Muitas delas cresceram sem jamais ter tido contato

com seus progenitores. Cedo, tiveram que lidar com a insegurança, o medo e a incerteza.

É lógico que lembro. As nossas camas eram molhadas. A gente dormia na cama molhada. Os filhos dos terroristas. Então a gente ficava ali, víamos que todas as crianças nos olhavam de uma forma estranha e nos sentíamos estranhos também. (PAIVA, 2013, p. 71-80-125)

Qualquer militante ou dependentes deles sob alegação de serem subversivos sofriam perseguições, sequestros e condenações à tortura e até a morte sem nenhum julgamento. Muitos até hoje estão desaparecidos. Se foram enterrados em algum cemitério clandestino ou jogados em alguma parte do mar são questões que possivelmente para sempre ficarão sem respostas.

Em uma obra canônica que se refere a essa barbárie institucionalizada contra a dignidade da vida humana “A colônia penal”, de Franz Kafka (2004), ilustra a tortura e a condenação à morte de um indivíduo militar.

Os piores e mais degradantes tratamentos são sobrepostos à vida humana. O ocorrido na vida de Alex Polari e de muitos outros militantes é similar ao que se apresenta nesse livro de Kafka. Um soldado, por suposto desacato aos seus superiores, foi condenado à morte sem chance de defesa. O processo de duração da sua morte teria um período de doze horas e em sua carne seria cravado lentamente uma tatuagem: “HONRA TEUS SUPERIORES”⁴, (KAFKA, 2004, p. 8). No entanto, este homem nem ao menos sabia da perversa condenação à morte, ele não havia sido julgado, apenas sofria a punição. “- Pelo menos, você sabe por que foi condenado?” Perguntou o oficial francês que visitava aquele país. Incrédulo, ouviu a seguinte declaração: - Não – disse o oficial sorrindo como se esperasse que lhe fizesse outra pergunta extraordinária. (KAFKA, 2004, p. 8).

A barbárie da “Colônia Penal” de Kafka está centrada na máquina de poder, na máquina de matar de forma dolorida, exaustiva e demoradamente e não nos personagens, de acordo com (Lowy, 2000, p. 2). ou seja, é o uso da tecnologia a favor da tortura, de infligir o mal e a dor contra qualquer indivíduo que seja contrário ao Estado. A tal máquina leva o nome de (Apparat).

A máquina para esses novos tempos de barbárie se tornou pelo jeito, objeto essencial para potencializar as práticas das torturas.

⁴ “HONRA A TUS SUPERIORES”

No Brasil não houve diferença. Sempre em nome da segurança do Estado, a intolerância militar sobrepujava quaisquer protestos e pensamentos contrários ao *status quo*.

Ademais, houve mudança e as velhas torturas deixaram de existir. Ficaram para os estudos dos historiadores e para a apreciação dos curiosos. Polari em seu último poema da *Trilogia Macabra* incita que a tortura não deixou de existir, ela sofreu uma metamorfose, ou seja, ela continua devastadora, por vezes tão sutil que passa despercebida. Se antes o corpo do indivíduo era a parte privilegiada para as máculas da tortura, hoje, com a sofisticação tecnológica, o corpo possivelmente só sofre com as reações adversas resultante da sofreguidão psíquica que afeta também a alma.

Foi no período pós 1964 que surgiu entre os literários e os poetas uma nova forma de pensar e ver o país. Primeiro, de “maneira tímida” e “depois obsessiva” refletindo “como funciona o poder nos países onde os governantes optam pelo capitalismo selvagem como norma de progresso da nação e o bem-estar das nações”. Silvano Santiago (2002, p. 10). Nasce, então, a literatura pós-64, ela tem estilo e características próprias.

Essas obras são, comumente, de acusação e denúncia. Elas abriram espaço para a crítica ao ditatorialismo militar no Brasil, de acordo com Santiago (2002). Esses novos pensadores, de facções esquerdistas, unificaram-se para repudiar toda e qualquer forma de poder autoritário, com exceção aos “velhos *compagnons de route*”.

Esta produção literária que discute a barbárie cometida pelo militares no Brasil pós-64 é o nosso objeto de análise no próximo capítulo, partindo da poesia de Alex Polari. Esse reinado do terror não implica no vazio e nem no sensacionalismo de tamanhas desgraças e sim no intuito de compreender e entender esse tempo para assim ser mais exigente, tendo em vista que o poder autoritário historicamente desencadeou ruínas de inúmeras nações.

2. ANÁLISE DOS POEMAS

2.1. BIOGRAFIA DO AUTOR

Alex Polari de Alvarenga, nascido em João Pessoa - PB, 1951, viveu a maior parte da sua infância (mudou-se para o Rio aos três anos) e toda sua juventude no Rio de Janeiro. Alex Polari, como é mais conhecido, desde cedo não se conformava com a política do Estado e logo depois também se decepcionou com a sociedade em si.

Na juventude, Polari participou de movimentos estudantis e com 16 anos ingressou com toda força em um movimento de luta armada contra o regime militar que durou de 1964 a 1985, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), que lutava contra a ditadura militar e pela libertação de militantes prisioneiros em decorrência do regime militarista. Em 1971, aos 21 anos, Alex Polari foi preso por participação no sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. Essa prisão teve duração de nove anos e ele foi condenado à prisão perpétua por duas vezes baseada na Lei ainda em vigor no Art. 5^a Inciso XLVII do Texto Constitucional de 1988 que declara a pena de morte e a prisão perpétua no Brasil em caso de guerra declarada como consta nos termos do Art. 84, XIX da nossa Constituição. Sua liberdade aconteceu em 1980, direito conquistado pela anistia.

Como exímio lutador político pela democracia “liberdade, igualdade e fraternidade” Polari escreveu dois livros: *Inventário de Cicatrizes* (1978) e *Camarim de Prisioneiro* (1980). O dinheiro da venda desses livros era revestido em fundos para a anistia.

Um trecho da obra *É isto um homem* de Primo Levi, escrevendo sobre o Holocausto, pode muito bem expressar, possivelmente, o fato de Polari ter resistido a todas as torturas e humilhações e ainda transcrever a barbárie vivenciada para denunciar o ocorrido e ao fato de ainda ocorrer mesmo que de forma metamorfoseada a situação de outrora.

[...] justamente porque o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase

certa, mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar por defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar nosso consentimento. Portanto, devemos nos lavar, sim; ainda que sem sabão, com essa água suja e usando o casaco como toalha. Devemos engraxar os sapatos, não porque assim reza o regulamento, e sim por dignidade e alinhamento. Devemos marchar eretos, sem arrastar os pés, não em homenagem à disciplina prussiana, e sim para continuarmos vivos, para não começarmos a morrer. (LEVI, p. 34-35).

Não obstante, em um momento que ninguém podia falar ou expressar suas opiniões Alex Polari não se calou, mesmo encarcerado e brutalmente torturado por dias consecutivos, vivendo em condições desumanas deu continuidade ao seu trabalho, agora, escrevendo poemas em forma de denúncia, para quem sabe, se sentir vivo e ainda com algum laço humano através de um grande otimismo, já que, seu destino, possivelmente, seria a morte provocada pelo “Estado” como num caso de câncer que mata aos poucos e causa inúmeros sofrimentos. Nesses poemas Polari denunciou seu dia a dia na prisão, relatou as torturas sofridas por ele e seus companheiros presos e das mortes que seus olhos também presenciaram.

Contrariando a morte e a pena perpétua de que fora condenado, Alex Polari recebeu direito à liberdade. No entanto, logo que foi posto em liberdade Polari resolveu se desligar do mundo exterior, do mundo da política e foi buscar sentido espiritual no Santo Daime para se autoconhecer, e possivelmente, tentar entender a sociedade em si e desde então só escreve para falar sobre a filosofia da vida daimista. Isso torna ainda mais contundente a sua não aceitação do mundo inumano, capitalista do qual a maior parte da sociedade se tornou, principalmente depois da Revolução Industrial. Esse mundo em que:

[...] a ordem comandada pelo capital demonstra sua insustentabilidade e seu caráter antissocial – promovendo a desigualdade, a luta de todos contra todos e o culto ao dinheiro em meio à miséria que esse mesmo regime produz, reproduz e à qual relega a grande maioria da humanidade... (EMIR SADER, 2012, p. 10).

Dessa forma, a constatação que fica é que Polari sempre lutou para harmonização da sociedade. Fato é que, depois de nove anos recluso em regime fechado e decepcionado com a sociedade e com o rumo da política, Polari se entregou com amor ao mundo que, para ele, parece mais justo e igualitário, o Santo Daime.

Neste trabalho será analisada a trilogia de poemas composta no livro *Inventário de Cicatrizes*, (1978), para reflexão às téticas formas de torturas

praticadas pelo o Estado contra seu povo. A saber, *Trilogia Macabra: I – O Torturador*, *Trilogia Macabra: II – O Analista de Informações* e *Trilogia Macabra: III – Parafernália da Tortura*.

3. INQUÉRITO DA BARBÁRIE

Os poemas versam sobre as barbáries praticadas contra homens considerados inferiores por uma soberania nobre que coisifica pessoas por uma necessidade de controle capital e ainda para ter o poder de domínio pelo simples artifício de controlar, mandar e desmandar na massa e em tudo o que bem lhes convier.

Homens são forçados a tornarem-se máquinas, animais adestrados que executam o que lhes são ordenados. Tais homens tornam-se amedrontados, aniquilados, incapazes de pensarem e agirem por si, age por comandos superiores, tanto o homem torturado quanto o torturador. Esse último age sem se importar com o seu semelhante, com os desesperos e as dores do outro. É um indivíduo sem piedade, executa a tortura como se fosse tarefa simples do dia a dia.

Para tanto, a coisificação do homem, de um modo geral, é o resultado da modernização que veio com a Revolução Industrial. É uma evaporação da solidez.

A "coisificação" do humano, fenômeno observado desde a época da revolução industrial quando os corpos dos trabalhadores e sua força produtiva foram reduzidos a meros instrumentos de enriquecimento para os donos do capital, que, sem se importar com as conseqüências advindas do excesso da jornada e das condições adversas, impunham aos hipossuficientes econômicos condições degradantes de trabalho. (FRAGA, 2010, p. 2).

Assim, a reificação do homem é consequência de base do advento da modernidade que talhou o homem da condição de sujeito para o de consumidor e escravo trabalhista. No entanto, há outra possibilidade de reificação do homem em sua relação com a tecnologia: ditadas pelas regras do mercado capital, homens, mulheres e crianças são agredidos, ainda mais se tiverem pensamentos contrários às regras impostas pelos donos do poder.

3.1 Trilogia Macabra: I - O Torturador

O torturador
 difere dos outros
 por uma patologia singular
 — ser imprevisível
 vai da infantilidade total
 à frieza absoluta.

Como vivem recebendo
 elogios e medalhas
 como vivem subindo de posto,
 pouco se importam pelos outros.
 Obter confissões é uma arte
 o que vale são os altos propósitos
 o fim se justifica,
 mesmo pelos meios mais impróprios.

Além de tudo o torturador,
 agente impessoal que cumpre ordens superiores
 no cumprimento de suas funções inferiores,
 não está impedido de ser um pai extremoso
 de ter certos rasgos
 e em alguns momentos ser até generoso.

Além disso acredita que é macho, nacionalista,
 que a tortura e a violência
 são recursos necessários
 para a preservação de certos valores
 e se no fundo ele é um mercenário
 sabe disfarçar bem isso
 quando ladra.

Não se suja de sangue
 não macera nem marca,
 (a não ser em casos excepcionais)
 o corpo de suas vítimas,
 trabalha em ambientes assépticos
 com distanciamento crítico
 — não é um açougueiro, é um técnico —
 sendo fácil racionalizar
 que apenas põe a serviço da pátria
 da civilização e da família
 uma sofisticada tecnologia da dor
 que teria de qualquer maneira
 de ser utilizada contra alguém
 para o bem de todos. (POLARI, 1978).

A primeira estrofe do poema revela o torturador, um homem com problemas mentais. A patologia de um homem que se deixou ser manobrado para fins obscuros. Ele oscila na integridade mental, isto é, há uma inconstância do equilíbrio emocional, ora age com total infantilidade, outrora com frieza absoluta. Esse ser parece viver uma dualidade e nisto desvela a dinâmica da sua personalidade, pois o caráter desse indivíduo, ao menos em parte, foi moldado de acordo com a política de pensamentos dos seus superiores fascistas. De uma forma ou de outra, esse indivíduo é perigoso, tanto é que nunca se sabe exatamente de que forma ele irá

executar as coordenadas das torturas, já que ele sofre de um aleijo na sensibilidade, na moral e na ética, provocando assim, inconstâncias psicológicas levando-o a uma infantilidade e/ou a um nível de sadismo que desconfigura ou reconfigura a forma como o ser humano lida com o outro.

A alteridade acaba estabelecendo uma relação com as ações de perseguições e torturas, sejam elas da vida em si ou da livre criação, como da liberdade em geral. Todas elas ecoam como uma doença que vai lesionando, torturando e matando de forma lenta até chegar à agressividade total de um homem ou de uma mulher ou ainda, de uma criança.

Na segunda estrofe, percebe-se o desvalio da vida humana num jogo premiado. Os interesses de poder e de capital faz-se ser essencial nas mãos dos soberbos alienados. Premiações como medalhas, postos de serviço mais elevados, ou seja, maiores ganhos monetários e visibilidade dada pela importância do cargo aflora nos ambiciosos torturadores uma perversidade tamanha que é capaz de matar “o que vale são os altos propósitos o fim se justifica, mesmo pelos meios mais impróprios.” (Polari, 1978).

As recompensas para eles eram o que realmente importava muito mais do que a vida alheia ou a qualidade de vida das vítimas. A dor e a humilhação infligida contra seu semelhante eram apenas parte de negócios para obtenção de reconhecimento e ganho de capital. Para então, dessa forma, fazer parte ou se preservar no poder. O sofrimento alheio lhe é trivial. Sua incapacidade racional o impedia/impede de refletir no que fazia/faz e no que presencia todos os dias.

O torturador foi uma figura vaidosa nos tempos da ditadura militar. Esse sujeito era perigoso, ele obedecia a ordens superiores, era um perfeito executor. Sem culpa ou piedade carregava o horror e a morte nas mãos.

A terceira estrofe toca na questão que Hannah Arendt chamou de *banalização do mal*. O agente que diz que apenas executa ordens recebidas do Estado, no cumprimento de suas funções inferiores (ARENDR, p. 45). Isso caracteriza uma fuga das consequências de responsabilidade. Dessa forma, o torturador se exime da culpa responsabilizando o Estado. No entanto, o questionamento a despeito dessa fuga de responsabilidade é questionável, pois ele, o torturador, certamente poderia optar por outra atitude e assim não compactuar da lastimável flagelação humana.

Na quarta estrofe, “Além disso, acredita que é macho, nacionalista, que a tortura e a violência são recursos necessários para a preservação de certos valores”

(POLARI, 1978), toca em duas questões: o “machismo” e o “nacionalismo”, ambos, emitem as peculiaridades da agressividade. “Macho”, além de especificar o gênero contrário de feminino evidencia o perfil de muitos homens que impõe essa condição de ser homem através da violência, oprimindo os que eles consideram fracos, que geralmente são: mulheres, intelectuais, negros, pobres, gays entre outros. Esses homens (machos) lutam por intermédio da força da violência para impor sua majestade. São valentões, brigões, covardes em suas ações, gostam de provocar medo a aqueles que por eles são considerados fracos. Eles têm orgulho dessas características.

O quinto e último parágrafo deste poema fala do torturador que embora “não se suja de sangue”, “não marca nem macera... o corpo de suas vítimas” (POLARI, 1978) faz questão de não livrar suas vítimas das dores. Os seviciados sofrem da “tortura limpa”, ou seja, a tortura invisível. O sofrimento infligido contra as vítimas se difere da tortura tradicional por que aparentemente o indivíduo fica intacto fisicamente. No entanto, o mesmo não pode se dizer do psicológico.

O mártir da tortura invisível sofre inúmeros abusos, tais como: torturas psicológicas, abusos sexuais, ficar exposto nu, exposição a altas temperaturas (geralmente ao frio intenso), ficar em posições desconfortáveis e doloridas por muito tempo, ficar junto com animais ferozes, peçonhentos e/ou insetos, uso de drogas, lugares escuros, isolamento, injúria racial, sexual e cultural, músicas com volume extremamente alto, privação de sono, choque elétrico, ameaças de torturas contra a própria vítima ou a pessoas próximas com forte elo entre ambas, como por exemplo: pais, filhos, esposas e maridos. Além das torturas limpas citadas acima, obviamente, existem inúmeras outras. São todas aquelas que agredem o supliciado sem deixar marcas pelo corpo.

Contudo, a tortura, seja aquela que deixa marcas leves ou profundas pelo corpo ou a tortura asséptica pode ser muito pior do que a pura e simplesmente a eliminação da vida. A tortura provoca a degradação da vida humana e às vezes, afeta também uma sociedade.

Quanto ao nacionalismo, este, vem muitas vezes, imbuído da violência gratuita sem ter exatamente uma explicação lógica, geralmente à causa decorre da intolerância de tudo o que for diferente, seja na política ou culturalmente que gere insegurança e medo da mudança. Ou ainda, os nativos sentem uma superioridade em relação ao outro e devido a isso comete abusos.

Dessa forma, para justificar as dantescas ações contra seu semelhante o agressor tira a culpa de si responsabilizando o Estado, justificando como a mais correta obrigação nacional, assim, ele tenta convencer a todos de que era apenas um leal prestador de serviço à sua pátria, como se não houvesse nenhuma outra opção. Quando, na realidade, esses homens, sem remorso, buscavam/buscam satisfazer suas necessidades psicopáticas, financeiras ou ambas sem nenhum critério, causando desastrosas explorações dos indivíduos em diversas questões pertinentes a vida digna de respeito pelo corpo físico e mental.

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento — pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. (PRIMO LEVI, 22).

A coisificação do homem no poema acima pode ser visto de duas formas. Primeiro, o militar desumanizado que não age de acordo com as atitudes humanas, explora e tortura impulsionado pelo ódio, pela passividade e ainda, pelo prazer. De forma infrene é guiado pela busca de poderes.

Segundo, há uma pessoa – vítima – de toda essa barbárie que gradativamente vai perdendo sua identidade de condição de homem ou mulher com os intensos degredos, humilhações e torturas das mais diversas possíveis e das privações das necessidades básicas indispensável à vida, tais como: água, comida, higiene e o sono até se tornar coisa. “O medo impele uns e o ódio os outros” (LEVI, p. 36)

Já apareceram, no peito de meus pés, as torpes chagas que nunca irão sarar. Empurro vagões, trabalho com a pá, desfaleço na chuva, tremo no vento; mesmo meu corpo já não é meu; meu ventre está inchado, meus membros ressequidos, meu rosto túmido de manhã e chupado à noite; alguns de nós têm a pele amarelada, outros cinzenta; quando não nos vemos durante três ou quatro dias, custamos a reconhecer-nos. (PRIMO LEVI, p. 30).

“Custamos a reconhecer-nos”, o processo de definhamento causado pela opressão e torturas em dado momento transforma o homem realmente em coisa, um objeto estranho até mesmo para outro homem também reificado.

Outra questão referente a este poema que consta na última estrofe, décima linha que deve ser refletido é a questão da “família”. Ou seja, todas essas iniquidades eram também justificadas pelos poderosos conservadores da direita em nome da manutenção e bem estar da família. Porém, a família deles e não a família dos operários e de todos os proletariados em geral, pois para os fascistas a constituição familiar dos proletariados não é levada em consideração. Os filhos seriam então, frutos de procriação e nada mais além de futuras peças trabalhista e objetos de exploração sexual, tendo em vista que, os filhos dos trabalhadores, ainda que crianças, não são protegidas, muito pelo contrário, é muito comum a exploração do trabalho infantil e a exploração sexual sofrida por homens donos do capital. A proteção familiar e das crianças são de fato para as famílias e filhos abastados.

A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública. A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital. (SADER, 2012, p. 21.)

Dessa forma, fica evidente que toda essa forma de poder desses homens autoritários rege os próprios interesses e jamais o bem estar público da nação em geral. Eles manipulam as verdades e lançam para todos ouvirem e acreditarem. E o proletariado distante do conhecimento, até mesmo da sua condição, ouve e internaliza as falas dos seus algozes, aquelas palavras mágicas para mudanças melhores como se também servissem para elas. No entanto, a verdade é que toda a falácia dos “poderosos” é uma “faca de dois gumes”. Ela é realmente uma verdade para seu povo e um instrumento muito poderoso para manter a população proletariada no “cabresto”, para estes não ocorrem, de fato, mudanças positivas, tudo continua como dantes.

3.2 Trilogia Macabra: II - O Analista de Informações

Eles se acham muito humanos
Quando param de rodar a manivela
Começam a fazer só perguntas
E agindo assim nos nivelam
À categoria e aos direitos
Dos demais seres humanos.

O analista é geralmente um senhor muito fino
Que vela pelo seu prestígio
Que fuma cigarros cem milímetros
Que se veste à paisana

Que usa belas gravatas coloridas
Parecendo mais um executivo bem sucedido
Do que um assassino.

Eles não torturam pessoalmente
Apenas dirigem os interrogatórios
E têm muito orgulho disso
não são o céu nem o inferno,
são o purgatório. (Polari, 1979).

Na primeira estrofe, os analistas parecem brincar, brincadeira de humor negro, rodam a manivela e começam a fazer perguntas nivelando os supliciados “à categoria e aos direitos” (Polari, 1979), levando-o a condição extrema da vida humana.

Este poema que é composto por três estrofes expõe a existência do analista de informações como peça primordial no processo de investigação e de aquisição de informação.

Esses homens, os analistas eram treinados para combater outros homens em variados aspectos. A preparação e a especialização eram realizadas com a mais sofisticada tecnologia para obter informações ainda que resultasse em torturas e mortes de homens e mulheres considerados por eles como subversivos, já que estes homens e mulheres indesejados eram uma ameaça à ordem daqueles que lutavam para se manterem absolutamente no poder sem interferência do povo. O papel imposto ao povo era de apenas trabalhar e obedecer a ordens sem jamais reclamar, mudar de pensamentos e condutas.

O analista de informações é um homem do governo e o cargo é considerado um dos mais importantes do Estado. O agente de informações difere do torturador em diversos aspectos. O torturador age pela brutalidade, agride fisicamente seus mártires, já o analista trabalha explorando de forma exaustiva e agressiva o ânimo psicológico dos seviciados. Contudo, os dois indivíduos agressores, comumente trabalham em parceria.

O analista de informações que outrora poderia ser reconhecido por qualquer pessoa pela sua farda militar é agora um “homem fino e elegante”, acima de quaisquer suspeitas. Traja vestimentas alinhadas e se porta de maneira tão elegante que chega a se parecer um grande empresário, um doutor. Entretanto, ele é um instrumento sofisticado de atos cruéis contra seres humanos, são importantes máquinas disfarçadas para obter confissões a fim de desarticular qualquer ação contra poderosos que buscam benefícios próprios e nunca visando o bem-estar do

povo. Ainda que, indiretamente, torturam e matam para calar e aquietar qualquer “baderneiro” que possa incomodar os homens que comandam o poder.

Dessa maneira, são minuciosamente escolhidos manipulados, “adestrados”, controlados e constantemente vigiados para executarem com perfeição as ordens superiores. “É claro que sofriam um rastreamento, e mesmo lá dentro eram muito bem observados” (D’ARAÚJO e SOARES, 1994, p. 92), palavras de Carlos Alberto da Fontoura se referindo aos analistas de informações. Esses homens eram também doutrinados pelo sistema para se infiltrarem entre aqueles considerados inimigos para colher o máximo de informações desejadas sem ser descobertos para que assim pudessem arquitetar manobras para desarticular aqueles aos quais eram denominados terroristas e bandidos; os comunistas.

[...] naquela célebre passeata de 68, que eles chamam “dos Cem Mil” [...] e que foi liderada por esse que agora é deputado, Vladimir Palmeira [...], eles tiraram um retrato do Vladimir Palmeira com seu grupo de segurança na praça Paris. E eu tinha esse retrato no meu gabinete, no CIE, por que mais da metade dos seguranças dele eram sargentos meus. Era muito fácil infiltrar no movimento estudantil, [...]. Então a gente matriculava o camarada na universidade, o sujeito fazia uns discursos, tal e coisa, eles logo achavam: “Esse é um dos nossos.” E pronto. Quando era bom mesmo, dali a pouquinho já chegava ao comando deles. Era muito fácil. Eu deixei no gabinete a fotografia *O Cruzeiro*: mais da metade dos seguranças do Vladimir era composta por sargentos meus. De maneira que eu conhecia todos os passos que ele dava, o que fazia e o que não fazia. (D’ARAÚJO e SOARES, 1994, p. 38).

Por conseguinte, o trabalho do analista foi se tornando cada dia mais especializado para o combate à democracia, pois o serviço era voltado especificamente para este fim.

Na primeira linha da primeira estrofe: “Eles se acham muito humanos”. Possivelmente, a “humanidade” nada mais era do que manobras dos agentes de informações para arrancar confissões do aprisionado. Esses homens, os agentes analistas de informações, eram homens de grandes capacidades psicológicas para praticar e suportar atos inumanos contra o próximo, com grau de inteligência significativa e eram bastante obedientes. Acatar e executar ordens de prontidão e com perfeição era uma qualidade indispensável dos agentes.

Esses homens tinham que ter um grau de inteligência considerado por eles como memorável, pois deviam conseguir captar através de detalhes informações e saber o que fazer com elas, no entanto esses homens não podiam/podem pensar nos seus atos, apenas executar as ordens recebidas.

Eu sempre fui muito leal ao Frota. Não concordo com ele, mas nunca fui desleal. Quer dizer, se estou trabalhando com ele, é essa a música que ele toca, tenho que dançar do seu jeito.

Mas eu o admiro muito e tenho uma lealdade canina por ele. O que ele dissesse, eu fazia. (D'ARAUJO e SOARES, 1994, p. 65-66).

O trecho acima foi dito por Adyr Fiúza de Castro. Ele foi um dos criadores do *Centro de Informações do Exército* (CIE) e chefe do *Centro de Operações de Defesa Interna* (CODI). Essa fala de Fiúza é regra geral para os militares. Os militares em geral são bons e assim devem ser em obedecer ordens. A faculdade do pensamento não faz parte da rotina diária dos militares. Não questionam condutas ou qualquer coisa que seja. Aprendem na academia militar a serem duros, não humanos. As agressões físicas e psicológicas fazem parte da rotina militar.

Se eu fosse dizer ao grupo Tortura Nunca Mais o que sofri como "bicho" na Escola Militar - e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu -, eles achariam que é tortura.

E eu posso dar vários exemplos de coisas que os militares consideram absolutamente corriqueiras e normais, porque endurecem. E nós não podemos deixar de ser duros, porque mandamos homens à morte e matamos outros. Temos que endurecer os militares. Então, um desses garotos terroristas levava um "telefone" e clamava: "Fui torturado!" Na minha opinião, ele não foi torturado. O capitão ou tenente que fez aquilo, fez sem animus de torturá-lo. Apenas deu um castigo que ele já sofreu e aplicou numa porção de gente. Eu quero dizer que os militares não têm determinado tipo de sensibilidade: estão acostumados a arriscar a sua própria vida e estão acostumados a ver morrer. Então, são rudes. (D'ARAUJO e SOARES, 1994, 72-73).

Os militares são tolhidos de usar a intelectualidade para exercer poder. A agressão e a humilhação são rotineiras no dia a dia deles. Eles próprios fazem isso uns com os outros para perderem a sensibilidade, para se tornarem violentos. Uma gravidade, possivelmente ainda maior, acreditam que deve ser esses os procedimentos adotados no meio militar. Eles não questionam as regras recebidas, cumprem-na.

Eu não sabia o que eles estavam fazendo, e também, como era um profissional bastante consciente, jamais perguntei. Nós temos uma regra em informações: o sujeito só deve saber aquilo que é necessário para o seu trabalho. Nunca deve querer saber de coisas que não precisa. Então, eu não perguntava. (D'ARAUJO e SOARES, 1994, p. 77).

Muitos deles eram treinados fora do país, outros eram treinados internamente com professores militares, algumas vezes, vindos de outras nacionalidades para capacitar o pessoal da inteligência brasileira.

Esses agentes deviam estar acima de quaisquer suspeitas. Daí provém, provavelmente, esse homem, aparentemente refinado, meticoloso, calculista, eles eram escolhidos e bem treinados para executar ordens e demonstrar lealdade.

Reunimos um grupo de oficiais dos melhores que tínhamos, inclusive o Enio Pinheiro, e mandamos para o exterior, para os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França, Inglaterra, para os vários serviços de informações do mundo. Eram cinco ou seis, e foram dois oficiais para cada um. Foram muito bem recebidos, passaram um mês estudando e, de volta, cada um trouxe seu relatório, nós nos juntamos e planejamos a Escola. (D'ARAUJO e SOARES, 1994, p. 93).

Isso quer dizer que, esses homens foram escolhidos entre os considerados melhores e enviados para países diversos com objetivo de aprender com eles as práticas de analistas de informações, no qual, eles aprenderam a investigar, se infiltrarem entre os inimigos para colher o máximo de informações para desarticular e punir o opositor. Estes mesmos homens aprenderam com parcerias estrangeiras as práticas interrogatórias e a torturar o oponente capturado.

[...] o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador.

E também por uma questão de higiene, porque o prisioneiro se suja, suja o chão... É impressionante. Não se pode parar um interrogatório e convidar: "Vamos mudar a roupa?" E o cheiro fica terrível. Interrogando o preso despido, é mais fácil qualquer limpeza. (D'ARAUJO, 1994 p. 60).

Na segunda estrofe é possível entender que o analista de informações é também um personagem, um ator no desempenho de sua função, pois ele deve fingir para integrar-se entre seu inimigo para colher o máximo de informações para desmantelar as operações do oponente.

A tática militar era encurralar de todos os lados seus inimigos misturando-se a eles, vivendo o dia a dia deles estabelecendo uma relação de confiança tão grande que eles, os militares chegavam a ter papel de confiabilidade nos comandos dos grupos esquerdistas, criando assim um banco de informações estratégicas repleto de dados sobre uma gama extensa de diversos setores que pudessem importar ao governo e obviamente, o mais importante naquele momento era desarticular qualquer grupo, quaisquer manifestações contrárias.

Para tamanha base de dados tão aprimorada e com tanto sucesso havia muito investimento caro usando a tecnologia ao favor deles nos desfechos das ações.

Os oficiais militares, os analistas de informações tinham aulas de inglês, francês, alemão, italiano, chinês, russo. Deviam, antes de entrar na escola de informações passarem por exames psicotécnicos e psicológicos. (D'ARAUJO e SOARES, 1994, p. 131). O interessante é que esses homens eram considerados por eles mesmos como produtos. Assim eram denominados: “incluía dois tipos de pessoas, dois produtos: um, intelectual, e outro, que trabalhava no campo de operações.” (D'ARAUJO e SOARES, 1994, p. 131). O produto intelectual era o analista de informações e o outro o torturador. Para este, não era necessário nenhuma habilidade intelectual, bastava executar o serviço ordenado.

A valia do homem se dava pelo que ele podia ser enquanto produto. Ou ainda, como animal, um executor de ordens, um “adestrado”.

Como se consideram superiores não punham diretamente as mãos nos seviciados, para isso tinha os torturadores que eram encarregados de tal serviço, além de fazer as capturas dos ‘subversivos’. Devido a isso, como consta na última estrofe, estar nas mãos dos analistas de informações não era o céu e nem o inferno, era como estar no purgatório. Pelo que é possível entender quando o eu-lírico se refere a purgatório para exprimir o grau de padecimento é que ali há uma concentração dos analistas para retirar o máximo de informações do martirizado. Talvez, fosse o memento do torturado se redimir diante da fraqueza física e mental a qual já o tinham exposto, mas também, possivelmente, seria a hora do julgamento e dali é que de fato seria decidido qual o fim do indivíduo tiranizado. No purgatório ele poderia, quem sabe, ser absolvido, caracterizando assim céu, ou condenado ao inferno, podendo ser até a morte. Embora, estivessem nas mãos de analistas de informações nada impedia que o torturador também participasse dos interrogatórios e fizessem sua participação como agressor físico para auxiliar na obtenção de confissões desejadas.

Dessa forma, era quase impossível aos esquerdistas realizarem ações totalmente bem sucedidas. Os opositores ao governo tinham a vontade, a força intelectual e manual para mudar aquela cultura política, no entanto, não dispunham dos mesmos meios, os mesmos recursos financeiros e tecnológicos ou algo similar para lutarem de igual para igual. Os treinamentos dos esquerdistas quando

aconteciam eram amadores, não havia grandes apoiadores externos, a tecnologia usada era simples ou nenhuma. Era uma guerra injusta. Poderosos militares políticos tentavam disseminar a qualquer custo todos os comunistas.

Entre coisas já mencionadas neste poema o que transparece é que os militares caracterizavam-se para mascarar a realidade e as intenções perante o povo. Pois, para perseguir e torturar pessoas não há a necessidade de trajes elegantes, o uniforme usado entre os demais militares seria o suficiente. No entanto, são compreensíveis tais atitudes, o uniforme tem, geralmente, por característica identificar e limitar a pessoa que dele faz uso a categorias inferiores. A alta patente por se apresentar como soberana não usa uniformes. A estes homens lhes são conferidos o poder de mandar, desmandar e tomar decisões e ter livre acesso onde e sobre quem quer que desejem.

3.3 Trilogia Macabra: - III Parafernália da Tortura

Nos instrumentos da tortura ainda subsistem, é verdade,
alguns resquícios medievais
como cavaletes, palmatórias, chicotes
que o moderno design
não conseguiu ainda amenizar
assim como a prepotência, chacotas
cacoetes e sorrisos
que também não mudaram muito.
Mas o restante é funcional
polido metálico
quase austero
algo moderno
com linhas arrojadas
digno de figurar
em um museu do futuro.

Portanto,
para o pesar dos velhos carrascos nostálgicos,
não é necessário mais rodas, trações,
fogo lento, azeite fervendo
e outras coisas
mais nojentas e chocantes.

Hoje faz-se sofrer a velha dor de sempre
hoje faz-se morrer a velha morte de sempre
com muito maior urbanidade,
sem precisar corar as pessoas bem educadas,
sem proporcionar crises histéricas
nas damas da alta sociedade
sem arrefecer os instintos
desta baixa saciedade.

A primeira estrofe faz um panorama histórico sobre a tortura medieval, os métodos e a aparelhagem adotada naquele tempo para torturar pessoas e assim demonstra que na essência nada mudou muito, mudou sim, a época, a tecnologia que foi modernizada, os aparelhos que igualmente foram modernizados, mas o sentido e a intenção da tortura ainda continua a mesma, ainda que através das ‘torturas limpas’. Os resquícios da tortura medieval que subsistem nos instrumentos de torturas da modernidade continuam lá com a mesma força, com o mesmo deboche para com a sociedade.

O polimento, a modernidade dos aparelhos, as linhas arrojadas são detalhes da funcionalidade dos aparatos, como se para torturar, o ferramental necessariamente devesse ter também uma função estética, um design.

Destarte, o poema se movimenta. O eu lírico do poema lembra que para alguns carrascos certos métodos de torturas são apenas lembranças nostálgicas, pois gostavam de torturar as vítimas com rodas, trações, azeite fervendo entre outras coisas nojentas e chocantes. No entanto, o tempo é movimento e algumas coisas com o passar dos anos não são mais aceitas e elas são, às vezes, reinventadas, desta forma, ludibriam por um período os desavisados.

Com a não aceitação das velhas formas de tortura houve uma metamorfose, todavia, novas formas de torturas têm a essência da antiquada sevícia. Sem deixar de provocar as mesmas dores de sempre, as mesmas mortes de sempre, no entanto, “com muito maior urbanidade”, isto é, com mais civilização. A suposta civilização nada mais é do que uma amortização do impacto da atrocidade que faz as pessoas bem educadas já nem se quer corar com as barbáries, nem provocar crises histéricas nas damas da alta sociedade.

Os instintos da sociedade não se sentem arrefecidos. Tudo ocorre sem o povo, de fato, ver ou saber e se vê e sabe não compreende e deixa transcorrer como uma “normalidade”, ou ainda, quem sabe, ignora os fatos. Circunstância essa, que pode muito bem acontecer. Voltando um pouco no tempo, na época da escravidão no Brasil, a tortura era largamente praticada contra pessoas (os negros) e permitida por todos, inclusive pela a lei.

Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres.

Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. (MACHADO, 1994, p. 2).

A ilustração de Machado, 1994, serve para indicar como esses fatos foram se adaptando a cada época e sempre de alguma forma, por certo período, foi aceito, ao menos, pela grande maioria do povo.

Com o advento da modernidade, os tempos mudaram, tecnologias foram aprimoradas, mas algumas coisas não mudam nunca. Além da essência da tortura ser a mesma desde sempre, os responsáveis pela tortura da mesma forma não mudaram muito.

As rodas, trações, fogo lento, azeite fervendo entres outras coisas chocantes deram lugar a outras formas de tortura. Na modernidade foram substituídas por choques elétricos, torturas psicológicas posições desconfortável por longos períodos, ingestão de fezes e urina, falta de higiene que provocam sérias infecções, uso de drogas, geralmente, injetadas no indivíduo, exposições a temperaturas mínimas ou muito elevadas, etc. O que parece nunca mudar são as humilhações degradantes das mais variadas, entre elas: as chacotas, cacoetes, as prepotências e arrogância de superioridade, entre outras.

Outra coisa, igualmente, a ser observado é que num contexto geral, a tortura, seja ela, “limpa” ou não e toda a humilhação que ela provoca, não importando a época, estão, geralmente, destinadas a população que não estão englobadas no contexto dos grandes mercadores capitalistas. São normalmente, os trabalhadores, os explorados pela cultura mercantil a sofrerem os tratos indignos da tortura.

A massa populacional está destinada pelos opressores a perderem a identidade de gente, transformam-nas agressivamente em mercadoria, máquinas de trabalho e objetos sexuais, no caso das mulheres e crianças.

Após o golpe de 64 é que houve uma mudança no que diz respeito à forma de tortura e igualmente, os torturados. No cenário dos seviciados as pessoas começaram a lutar abertamente por uma ideologia, uma causa política. E dessa vez teve, de fato, luta. Lutaram pela liberdade do país, do povo oprimido, do estigma

político de então. Foram à luta e brigaram até o último momento, embora morrendo e algumas vezes, matando, era época de guerra. Nas guerras há morte de ambos os lados.

A luta do povo, embora, em minoria, foi escancarada, muitas pessoas não aceitavam mais o modo como a massa era negligenciada. Dessa forma, é que foi mudada também a forma de tortura. Para ludibriar o povo pertencente à classe trabalhadora surgiu a “tortura limpa”, isto é, a tortura que não deixa visíveis marcas pelo corpo, desta forma, o povo sem vê se deixa levar mais facilmente por falácias.

Ademais, na última estrofe, o poema interpela a naturalização de certas normalidades que o povo aceita pacificamente sobre a condição imposta a eles sem nenhum questionamento.

A população, antes, preferiu as falácias dos poderosos, ela se vendeu a custo de falsas promessas. Daí provém, possivelmente, o desgosto e a descrença de muitos militantes do período da ditadura militar. A oportunidade de mudança aconteceu, contudo, a população preferiu os gracejos dos déspotas que ludibriaram a população com palavras de ordem, como, dar segurança, emprego, saúde e educação, porém, falácias para manter uma nação amansada. Dessa forma, pode-se entender por que a imensa maioria do povo no golpe de 64 acreditava que não houve massacre, ou que o que aconteceu foi para o bem maior como medidas protetiva aos brasileiros. Pois, enquanto o governo torturava e matava pessoas como vistas no primeiro capítulo a outra parte das gentes era entretida com as maravilhas do capital, as televisões nos lares compradas a prazo e ‘fantásticos’ programas televisivos para divertir as famílias e mantê-las ‘bem informadas’ quanto a tudo ‘o que elas precisavam’ de acordo com a política do governo de então.

Convém dizer que, os três poemas supracitados delatam a tortura em âmbito amplificado em questões políticas que atingem, ainda que, indiretamente, todos os brasileiros. As principais intenções desse processo são de infligir dores, lesões corporais, humilhações e degradações físicas e mentais para se conseguir, geralmente, confissões e/ou informações da própria vítima interrogada ou de terceiros a respeito de qualquer informação que possa de alguma forma desarticular os totalitaristas donos do poder.

Em suma, ainda é possível observar, segundo Wilbert Salgueiro, 2011, que Polari se valeu do humor, uma prática irônica sobre os fatos que ele mesmo viveu no cárcere durante nove anos para delatar uma questão política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir é necessário, cada mulher, cada homem, cada um de nós somos seres habitantes do universo, somos capazes de pensar, articular e participar direto ou indiretamente sobre diversas ações e situações. Sendo, portanto, racionais temos o dever de refletir a política do nosso bairro, nossa cidade, nosso estado, o nosso país, nosso mundo, devemos refletir a nossa existência enquanto humanos e refletir a política do nosso povo e a ação que ela vai impactar e/ou interferir na e para a população.

No entanto, pensar e fazer o mundo nem sempre é uma tarefa fácil, ainda mais quando o assunto está diretamente relacionado à política, pois ela é uma das armas mais importantes para uma nação, seja para controlar, ajudar quanto para destruir, é através dela que homens podem ditar o mundo dentro de certas convenções e mudar uma nação inteira, tornando-a amparada ou enfraquecida.

Dessa forma, para que possamos, minimamente, compreender a realidade é preciso conhecer a história da nação que se deseja depreender, como na política, na cultura, na arte e na literatura. A literatura pode ser uma fonte confiabilíssima, pois ela, embora seja ficção não tem a pretensão, nem a necessidade de esconder ou mascarar a realidade.

Posto isto, ficará para a posteridade o legado dos poemas em forma de denúncia de Alex Polari. Através da leitura desses poemas pode haver um despertar para uma consciência política e ao mesmo tempo esse raciocínio deve ser confrontado, pois, esta disposição “política” parece está sempre muito distante da realidade das classes menos favorecidas, ainda, essa ciência presume autoritarismo, exploração, extorsão e aniquilação de pessoas.

Durante a pesquisa o que se constatou é que toda forma de autoritarismo foge à inteligência, em sua razão existe sempre um processo galvanizado de barbáries contra a vida, contra a integridade dos direitos da população destinada em especial às atividades laborais menos remuneradas e/ou de pessoas com menor grau de estudos. Os operariados, em suma, são explorados, muitas vezes seviciados, finalmente, descartados quando as instituições julgam-no incapaz para a produção laboral. Toda essa barbárie pode ser considerada uma chaga que aos poucos torna o indivíduo estéril.

Ademais, o povo que constitui a maioria populacional é submetido a explorações diversas e está quase sempre à parte da política. A população sucumbe ao revés dos poderosos debochados que comandam a política institucional. A população e os direitos de cada cidadão são ignorados e qualquer organização mínima destinada a esse povo é apenas, por vezes, novos nichos de exploração monetária, trabalhistas entre outros.

Por fim, o autoritarismo é capaz de torpes ações, espalham medo, indignação, inseguranças e as torturas são várias e trazem as suas vítimas as dores, humilhações e degradações humanas.

Talvez, um dos maiores crimes do homem contra o outro é transformá-lo em um ser reificado. Tendo como base a Trilogia Macabra de Alex Polari, percebeu-se o quanto o autoritarismo de políticas institucionais propaga o medo fazendo perpassar qualquer faculdade racional de um indivíduo, é um abismo para quem vive submetido a condições limites. Pois o bem-estar do povo vale menos e é considerado de pouco prestígio e sem importância.

O absurdo das barbáries de homens praticadas contra outros homens também abrange o âmbito tecnológico. Os autoritaristas se valem dos meios tecnológicos para punir, humilhar e exterminar pessoas. E assim como, obviamente, os tempos mudam, mudam-se também as formas de torturar pessoas que lutam contra qualquer condição de exploração e autoritarismo.

O fim de um trabalho nunca é exatamente o fim, sim, um despertar para novas ideias que surgem no decorrer do desenvolvimento do trabalho que pode nos surpreender de formas diversas, ou ainda, o aprofundamento do tema proposto. Sendo assim, esta pesquisa, se encerra sem ter esgotado as possibilidades pertinentes que poderiam ter sido acrescentadas, entre elas: uma análise do eu-lírico como testemunho e o aprofundamento dos estudos com abrangência direcionada para a reificação do militar, pois, pareceu propício uma investigação. Na academia militar existe diversas hierarquias. A maioria, no decorrer do trabalho afigurou-se de forma bastante delicada, tendo em vista que, esses homens ao entrar na academia militar são reconfigurados. Eles perdem a essência de traços humanos e ganha nova personalidade. Na perda da identidade humana, transformam-se em bizarros projetos “mecanoides”. Outro agravante, esse homem mecanizado parece sofrer diversos distúrbios psicológicos tornando-se um perigo eminente para suas vítimas. Como são moldados e reprogramados para não ter sentimentos de convalescença

humana eles não refletem sobre suas ações, apenas obedecem ordens superiores como se não houvesse nenhuma outra opção e a desculpa para os atos está sempre pautada nas justificativas de ordem para o Estado.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes secretos na Escola Nacional de Informações**. Brasília: PPGHIS/UNB, 2014.
- ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil, nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- ASSIS, Machado. **Pai contra mãe**. In: Relíquias de Casa Velha. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BORIS, Fausto. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Ed USP.
- BRASIL, Constituição da República Federativa. **Art. 5º Inciso XLVII**. Brasília: SEEP, 2012.
- BRASIL, **Ato Institucional nº 5**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 22 de março de 2016.
- DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. São Paulo: Comunicação e Projetos Culturais, 2014.
- D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FRAGA, Ivana de Oliveira. **A “coisificação” do humano das práticas biotecnológicas como herança da modernidade**. Fortaleza: COMPEDI, 2010.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GREEN, Toby. **Inquisição – O Reinado do medo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- KAFKA, Franz. **En la colonia penitenciaria**. Libros en rede (versão digital), 2004.
- KARL, Marx Heinrich e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Copyrighth (Versão Eletrônica), 1999.
- LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- LOWY, Michael. **Barbaridade e modernidade no século 20**.

- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.**
- MATTÉI, Jean-François. Civilização e Barbárie. In: ROSENFELD, Denis L. (org.). *Ética e Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- PAIVA, Rubens. **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: Alesp, 2014.
- PETERS, Edward. **História da Tortura.** Alfragide-Portugal: Teorema, 1985.
- POLARI, Alex. **Inventário de Cicatrizes.** Rio de Janeiro: Teatro Ruth Escobar, 1978.
- SADER, Emir. **As armas da crítica, antologia do pensamento de esquerda.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- SALGUEIRO, Wilberth. **Tortura sob deboche: uma questão de riso ou morte (análise de “Trilogia Macabra”, de Alex Polari).** Curitiba: UFPR, 2011.
- SILVIANO, Santiago. **Nas Malhas da Letra.** Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- SUDÁRIO, S., ALMEIDA, P.C. & JORGE, M.S.B. **Mulheres Vítimas de Estupro: Contexto e Enfrentamento dessa Realidade.** Minas Gerais: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2005.
- WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro.** Versão ePUB, 2011.